



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

AVALIAÇÃO Nº6/2025/CGCP/DA/PROAD/IFSULDEMINAS

ANÁLISE JURÍDICA

REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 23343.001616.2025-89

Pregão Eletrônico SRP nº 90009/2025

Realizada a licitação, na modalidade de pregão, sob a forma eletrônica, e aberta a sessão pública, o agente de contratação deparou-se com pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital do supramencionado pregão, interposto por potenciais licitantes. As manifestações contrárias foram referentes a questões de ambiguidade, inconsistência e necessidade de aprimoramento nas especificações técnicas e requisitos editalícios, especialmente no que tange à possibilidade de participação de intermediários entre a Administração e o hotel ao final contratado.

O objeto da contratação alinha-se às políticas institucionais de promoção de qualidade de vida e compartilhamento de experiências inter-setoriais e aprimoramento das atuações.

Frente a tal situação, esta Coordenadoria-Geral entende pela necessidade de se reverem os autos do processo de contratação, dele expungindo elementos técnicos que possam ocasionar dúvidas ou dubiedades, ou, ainda, comprometer a lisura do processo, seja por parte da própria Administração, seja por parte dos potenciais fornecedores. Assim, faz-se imperiosa a retirada da licitação do mundo jurídico, por conveniência (realizar nova contratação, com maior apuro técnico) e oportunidade (afastamento de eventuais questionamentos sucessivos, em via administrativa ou na judicial). Semelhante solução se amolda ao compromisso institucional e setorial com a perene observância da juridicidade de suas atuações e em suas interações com o mercado, com vista à obtenção dos melhores resultados para esta Administração e ao seu aperfeiçoamento. O mérito do ato revogante reside, por certo, na necessidade de uma nova licitação do mesmo objeto, precedida da ampla revisão de seus elementos técnicos, realizadas todas as adequações necessárias, de modo a amoldar-se aos princípios da legalidade, igualdade e eficiência, não desprezando a apreciação dos argumentos colacionados pelos agentes econômicos atuantes no mercado; com isso, resta configurada a ocorrência de fato superveniente ao tempo da construção da pretensão contratual, capaz de comprometer a segurança jurídica, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A revogação da contratação se dará excepcionalmente com efeitos ex tunc (retroativos, pois), posto que não se cuida de invalidação. O intento revogatório será comunicado a todos os fornecedores, coletivamente, pelas vias adequadas (ambiente eletrônico de processamento de licitações). Ao ver desta Coordenadoria-Geral, não há

empeço a que assim se proceda; há, antes, salvo melhor juízo, autêntico incentivo a tal atuação, a fito de se garantirem os postulados maiores do Direito Público e a lisura e a transparências das atuações contratuais deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS. É dizer: administração pública é função ativa, qualificada por uma série de prerrogativas; destas, destaca-se a que garante ao gestor público o direito de retirar do mundo jurídico os atos e os processos administrativos ampliativos de direitos dos administrados, quando os julgue inconvenientes ou inoportunos, garantidos o contraditório e a ampla defesa. Trata-se de concretização do princípio da autotutela (Lei nº 9.784/1999, art. 53, 2ª figura; art. 63, § 2º; art. 64, § único; Súmulas nº 346 e nº 473, do Supremo Tribunal Federal), de que é corolário o princípio da segurança jurídica, de forma a obstar o advento de homologação de resultado insatisfatório (na homologação, a autoridade competente leva a cabo dois juízos distintos: referentemente ao mérito, avalia se continua a haver o interesse público em realizar a contratação, e, no que tange à legalidade, verifica as providências tomadas pela comissão de licitação ou pelo pregoeiro, a fim de constatar a regularidade do processo).

São estas as considerações de fato e de direito que justificam e legitimam a REVOGAÇÃO do processo de licitação denominado “Pregão Eletrônico nº 90009/2025 - SRP - Registro de preços para contratação de serviços de hospedagem, locação de salas e buffet para a realização de eventos do IFSULDEMINAS” (processo administrativo: 23343.001616.2024-89).

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Joao Carlos Ferreira, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 29/07/2025 14:39:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 575975

Código de Autenticação: f155c0ae50

